



## PARTE G

### CENTRO HOSPITALAR LISBOA NORTE, E. P. E.

#### Aviso (extrato) n.º 2797/2013

Nos termos e ao abrigo do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, faz-se público que o Assistente Operacional, Artur José Santos da Costa, do mapa de pessoal do Centro Hospitalar Lisboa Norte, E. P. E., cessou funções, por falecimento, a 16 de fevereiro de 2013.

19 de fevereiro de 2013. — O Diretor do Serviço de Recursos Humanos, *Rogério Alexandre Branco Fernandes Costa*.

206768664

#### Deliberação (extrato) n.º 625/2013

Por Deliberação do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Lisboa Norte, E. P. E., de 31 de janeiro de 2013, nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 234.º do Regime aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, alterada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, Decreto-Lei n.º 124/2010, de 17 de novembro, e Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi autorizado a João Manuel Mendes Dominguez, Assistente Operacional do mapa de pessoal do mesmo Centro Hospitalar, o regresso de licença sem remuneração.

19 de fevereiro de 2013. — O Diretor do Serviço de Recursos Humanos, *Rogério Alexandre Branco Fernandes Costa*.

206769822

### CENTRO HOSPITALAR TONDELA-UISEU, E. P. E.

#### Aviso (extrato) n.º 2798/2013

Ao abrigo da alínea *d*) do n.º 1, do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que a trabalhadora Maria Rosa Correia Rodrigues Sousa, Assistente Operacional, do mapa de pessoal do Centro Hospitalar Tondela — Viseu EPE, cessou funções por motivos de falecimento, em 28 de janeiro de 2013.

20 de fevereiro de 2013. — O Diretor dos Recursos Humanos, *Fernando José Andrade Ferreira de Almeida*.

206774722

### HOSPITAL DISTRITAL DA FIGUEIRA DA FOZ, E. P. E.

#### Aviso n.º 2799/2013

Para conhecimento dos interessados, torna-se pública a lista de classificação final ao procedimento concursal simplificado para preenchimento de um posto de trabalho na categoria de Assistente Hospitalar de Cirurgia Geral, da carreira especial médica, do mapa de pessoal do Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 250, de 27 de dezembro de 2012, Aviso n.º 17204/2012.

#### Lista unitária de ordenação final

Número	Nome	Classificação final
1	Vera Lúcia Canas Vieira . . . . .	18,51
2	Gilberto Martinho Santos Figueiredo . . . . .	18,13
3	Liliana Martins Coutinho Cabral Lopes . . . . .	17,73
4	Carlos Eduardo Perdigão Costa Almeida . . . . .	17,30
5	Juliana Sampaio Carneiro de Oliveira . . . . .	17,25
6	Énio Marcos Candeias Afonso . . . . .	17,03

Os candidatos dispõem de dez dias, após publicação da presente lista, para se pronunciarem sobre o que se lhes oferecer, nos termos do artigo 100.º e seguintes, do Código do Procedimento Administrativo. (Isento de fiscalização do Tribunal de Contas)

19 de fevereiro de 2013. — O Presidente do Conselho de Administração, *Adriano Rodrigues*.

206771417

### Aviso n.º 2800/2013

#### Procedimento concursal simplificado para recrutamento de pessoal médico para a categoria de Assistente da área hospitalar nas especialidades de anestesiologia, dermo-venereologia, medicina interna, ortopedia, otorrinolaringologia e urologia.

Por deliberação do Conselho de Administração do Hospital Distrital da Figueira da Foz, E. P. E. (HDFE, EPE), de 19.02.2013, ao abrigo do Despacho n.º 2546/2013, publicado no *Diário da República*, n.º 33, 2.ª série, de 15 de fevereiro de 2013, encontra-se aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*, procedimento concursal simplificado para preenchimento de seis postos de trabalho, em regime de contrato individual de trabalho, para a categoria de assistente hospitalar, nas seguintes especialidades:

Referência	Especialidades	Postos de trabalho
01	Anestesiologia . . . . .	1
02	Dermo-Venereologia . . . . .	1
03	Medicina interna . . . . .	1
04	Ortopedia . . . . .	1
05	Otorrinolaringologia . . . . .	1
06	Urologia . . . . .	1

#### 1 — Requisitos de admissão:

Podem candidatar-se ao procedimento simplificado aberto pelo presente aviso, os médicos que concluíram a respetiva formação médica especializada na 2.ª época de 2010, nas duas épocas de 2011 e na 1.ª época de 2012, e que ainda não se encontrem vinculados por tempo indeterminado a serviços ou estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde, nos termos do Despacho n.º 2546/2013.

#### 2 — Prazo de apresentação de candidaturas

Dez dias úteis a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

#### 3 — Método de seleção

O método de seleção tem por base o resultado da prova de avaliação final do internato médico e de uma entrevista de seleção a realizar para o efeito, nos termos do n.º 5 do artigo 12.º-A do Decreto-Lei n.º 203/2004, de 18 de agosto, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2009, de 13 de fevereiro.

A constituição do júri, a ata com os métodos de seleção, bem como as atas de avaliação, serão fornecidos aos interessados sempre que solicitadas. As diversas listas de ordenação dos candidatos serão publicadas no *Diário da República* e na página da internet do HDFE, EPE.

#### 4 — Caracterização do posto de trabalho

Aos posto de trabalho cuja ocupação aqui se pretende, corresponde o conteúdo funcional estabelecido n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 176/2009, de 04.08, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 266-D/2012, de 31.12.

#### 5 — Remuneração

A remuneração base mensal ilíquida a atribuir corresponde à remuneração de ingresso na categoria de assistente hospitalar na carreira especial médica, nos termos do anexo do Decreto Regulamentar n.º 51-A/2012, de 31 de dezembro.

#### 6 — Horário de trabalho

O período normal de trabalho é de 40 horas semanais

#### 7 — Local de trabalho

Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE, Gala, 3094-001 Figueira da Foz.

#### 8 — Prazo de validade

O procedimento de recrutamento simplificado aberto pelo presente aviso é válido para a ocupação dos postos de trabalho acima enunciados, terminando com o seu preenchimento.

#### 9 — Formalização das candidaturas

9.1 — As candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento tipo, dirigido ao Exmo. Senhor Presidente do Conselho de Administração do HDFE, EPE, que pode ser acedido através da página da internet do Hospital, podendo ser entregues diretamente no Serviço de Gestão de Recursos Humanos ou remetidas pelo correio registado com aviso de receção para o endereço, Hospital Distrital da Figueira da Foz, E. P. E., Gala, 3094-001 Figueira da Foz.

9.2 — As candidaturas deverão ser acompanhadas dos seguintes documentos:

- a) Requerimento de candidatura devidamente preenchido;
- b) Documento atualizado da cédula profissional;
- c) Documento comprovativo do grau de especialista na área de exercício profissional a que se candidata;
- d) Cópias do bilhete de identidade/cartão de cidadão e cartão de contribuinte.

10 — As candidaturas deverão ser acompanhadas além dos documentos acima indicados, de três exemplares do *curriculum vitae*.

11 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, o HDFS, EPE, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

(Isento de fiscalização do Tribunal de Contas)

19 de fevereiro de 2013. — O Presidente do Conselho de Administração, *Adriano Rodrigues*.

206771482

## NAVEGAÇÃO AÉREA DE PORTUGAL — NAV PORTUGAL, E. P. E.

### Despacho n.º 3087/2013

1 — Ao abrigo do n.º 1 do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro e pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e tendo em conta os poderes que me foram delegados pela deliberação do Conselho de Administração da NAV Portugal, E. P. E., de 14 de janeiro de 2013, publicada em anexo ao Aviso n.º 1292/2013, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 19, de 28 de janeiro de 2013, de fls. 4313 a 4315, subdelego, pelo presente despacho, na Diretora da Direção de Operações da Região de Lisboa (DOPLIS), Eng.ª Maria da Conceição Miranda Cecílio Gonçalves Lobão Ferreira, os poderes para autorizar despesas relativas a contratos de locação ou de aquisição de bens móveis e de aquisição de serviços respeitantes àquela Direção, cujo valor, definido nos termos do artigo 17.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), seja inferior a:

- a) € 200.000,00, quando os contratos não respeitem, direta e principalmente, à atividade de navegação aérea;
- b) € 400.000,00, quando os contratos respeitem, direta e principalmente, à atividade de navegação aérea, enquanto setor a que se aplica o regime especial de adjudicação previsto no artigo 12.º do CCP.

2 — A validade da autorização de despesas ao abrigo dos poderes subdelegados nos termos do número anterior, fica sujeita ao enquadramento da despesa no orçamento aprovado, ou na sua falta, à prévia aprovação pelo Conselho de Administração.

3 — Nos poderes subdelegados nos termos do n.º 1 anterior, compreendem-se, de harmonia com o disposto no n.º 3, do artigo 109.º do CCP, os poderes a exercer na fase de formação dos referidos contratos públicos e que sejam inerentes à autorização da respetiva despesa, designadamente os relativos à decisão de contratar, à decisão de escolha do procedimento, à aprovação das suas peças, à aprovação do júri quando a lei o imponha, à decisão de adjudicação, à aprovação da minuta do contrato e à sua assinatura, nesta última situação apenas quando disponha de poderes bastantes, conferidos mediante adequada procuração e, ainda, os relativos à fase da respetiva execução que digam apenas respeito à autorização de pagamentos do preço, incluindo adiantamentos, ou de revisões cambiais ou de preços, quando os pagamentos e as revisões estejam previstos nos contratos.

4 — Não se compreendem nos poderes subdelegados os relativos à prática dos demais atos de autorização de despesas relativas à fase de execução do contrato que tenha sido reduzido a escrito nos termos do artigo 94.º e seguintes do CCP, à sua rescisão por incumprimento ou cumprimento defeituoso, à aplicação de penalidades contratuais, à sua alteração objetiva ou subjetiva, nomeadamente a autorização de realização de trabalhos a mais ou a menos, a ampliação ou redução do objeto contratual, quando a soma do valor do contrato com o valor dos trabalhos a mais ou da ampliação seja igual ou superior ao valor subdelegado na Diretora, a cessão de posição contratual e a alteração ou prorrogação do prazo contratual, poderes que se mantêm na esfera de competência do Conselho de Administração.

5 — O exercício dos poderes subdelegados na Diretora identificada no n.º 1 relativo à decisão de escolha do procedimento e à aprovação

das suas peças, deve ser precedido de audição do Gabinete de Assuntos Jurídicos (GABJUR) quando respeitem à formação de contratos de locação ou aquisição de bens móveis e de aquisição de serviços cujo preço contratual exceda € 10.000,00, excetuados aqueles de reduzida complexidade em que a relação contratual se extinga com o fornecimento ou com a prestação de serviços, sem prejuízo da manutenção de obrigações acessórias que tenham sido estabelecidas inequivocamente em favor da entidade adjudicante, tais como as de sigilo ou de garantia dos bens e serviços adquiridos.

6 — Nos poderes subdelegados nos termos do n.º 1 e que se refiram a despesas com reparações e manutenções de viaturas ao serviço da respetiva Direção, apenas se compreende a autorização de despesas iguais ou inferiores a € 2.500,00 por viatura.

7 — Os poderes subdelegados nos termos do n.º 1 compreendem:

- a) Os de autorizar requisições de bens em armazém e de serviços de reprografia;
- b) Os de autorizar pagamentos no âmbito dos Fundos Fixos de Caixa, de acordo com os procedimentos em vigor;
- c) Os de autorizar despesas decorrentes de contratos de aquisição de bens e de locação de bens móveis e de aquisição de serviços que estejam previstos nos respetivos contratos e que decorram de procedimentos aquisitivos anteriores ou posteriores ao CCP.

8 — Os poderes referidos nas alíneas *a*), *b*) e *c*) do n.º 7 anterior podem ser subdelegados, pela Diretora acima identificada, nos seus substitutos ou Chefias dependentes, mediante despacho.

9 — Nos despachos de subdelegação de poderes deve o órgão subdelegante, ouvido previamente o Gabinete de Assuntos Jurídicos (GABJUR), especificar os poderes subdelegados ou quais os atos que o subdelegado pode praticar, sendo condição da respetiva produção de efeitos a sua publicação na 2.ª série do *Diário da República*, nos termos do n.º 2 do artigo 37.º do Código do Procedimento Administrativo.

10 — Sem prejuízo da respetiva publicação no *Diário da República*, todos os despachos de subdelegação de poderes devem ser dados a conhecer ao Conselho de Administração, à Direção Administrativa e Financeira (DAFIN) e ao Gabinete de Assuntos Jurídicos (GABJUR), que organizará e manterá atualizado um registo das delegações e subdelegações existentes na empresa, em matéria de autorização de despesas e contratos públicos.

11 — Os órgãos subdelegados devem mencionar essa qualidade em cada ato com eficácia externa praticado ao abrigo de poderes subdelegados e, bem assim, mencionar o número do Aviso e o número, a data e a série do *Diário da República* em que o despacho de subdelegação foi publicado.

12 — Os poderes subdelegados cessam:

- a) Por revogação do presente Despacho;
- b) Por caducidade, resultante de se terem esgotado os seus efeitos ou da mudança de titulares do Conselho de Administração, enquanto órgão delegante, ou da Diretora anteriormente identificada.

13 — Todas as dúvidas de interpretação ou de aplicação do presente Despacho serão resolvidas pelo Conselho de Administração ouvido o Gabinete de Assuntos Jurídicos (GABJUR) e os órgãos interessados.

14 — A presente subdelegação de poderes não prejudica os direitos de direção, avocação e superintendência.

15 — Nos termos do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo são ratificados, com efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2013 (inclusive), todos os atos praticados, no âmbito do presente Despacho pela Diretora identificada no n.º 1 anterior.

16 — Nos termos do n.º 2 do artigo 37.º do Código do Procedimento Administrativo, o presente Despacho será publicado no *Diário da República*, produzindo efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2013, data em que entrou em vigor a Ordem de Serviço n.º 004/2013.

5 de fevereiro de 2013. — O Vogal do Conselho de Administração, *Luís Filipe Montes Palma de Figueiredo*.

306768089

## REDE FERROVIÁRIA NACIONAL, REFER, E. P. E.

### Despacho n.º 3088/2013

O Conselho de Administração da Rede Ferroviária Nacional — REFER, E. P. E., no uso da competência que lhe foi delegada pelo Ministro de Estado e das Finanças e pelo Ministro da Economia